



# Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 133.ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Guin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Gabriel Sampaio e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento, no dia 11 de dezembro de 1978, na cidade de CIANORTE, de CATARINA VILLAR RODRIGUES.

Requer, outrossim, seja dado ciência deste pedido, à família enlutada, através de LUIZ RODRIGUES VILLAR, Banco Itaú - MANDAGUARI - Pr.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1978.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de aplauso à professora NANY REZENDE STIPP, por ocasião de sua aposentadoria, como professora na Escola Luiz Setti, da cidade de JACAREZINHO.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência à homenageada, à Rua João Cândido, n.º 333, apartamento C, 9º andar, em Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1978.

(a) WILSON FORTES.

### JUSTIFICATIVA:

A professora Namy dedicou quase toda sua vida ao setor educacional. Ela transformou sua vida numa verdadeira vocação sagrada para levar conhecimento à juventude.

Esta foi a carta de despedida que enviou aos seus colegas de magistério:

"Meus amigos!

Passsei grande parte da minha vida, a maior mesmo, entrando e saindo desta casa, convivendo com todos de um modo muito leve e natural, achando que esta era parte do meu lar e vocês, de minha família, mas pensando também, constantemente e feliz seria o dia que não mais precisasse que então sentiria uma alegre sensação de trabalho realizado, missão cumprida.

Entretanto esse dia chegou, é hoje e parece-me um dia de castigo e não de prêmio.

Mil vezes passamos pela porta de entrada, rindo, conversando, e nem uma vez senti, como sinto hoje que esse é o "nosso mundo", particular e amigo.

Agora, desligo-me de todo o trabalho, preocupações e cansaço, mas também, de certa forma, saio do "nosso mundo" e de agora em diante, ao chegar aqui, serei apenas uma visita muito querida, mas nada mais que uma visita.

Enfim, é esse o caminho que deveria abraçar-me a cada um e conseguir fazer cousas tão maravilhosas e significativas que os fizesse conhecedores de meus sentimentos.

Não consigo, e sei que não descobrirei nunca as palavras exatas, que parecem-me todas, muito vazias e pequeninas, e então transformo todos os meus sentimentos, em um básico, exprimido por uma só palavra — Obrigada.

Estou fugindo de todos, pois odeio despedidas e não tenho a mínima condição de enfrentar situações como esta.

Adeus, é algo definitivo e feio, que lembra sempre, fim. Não direi adeus.

Até breve, é intervalo, uma palavra que parece dizer: Vou ali e volto já.

Até breve  
Namy".

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito, para o Pequeno Expediente. (Pausa).

Estando ausente Sua Excelência, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, segundo orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei que o nobre Deputado Nelson Buffara estaria ocupando esta tribuna para levantar o seu protesto contra a revogação da Resolução n.º 50, do Instituto Brasileiro do Café que, se de um lado foi alento para os paranaenses e para o Porto de Paranaguá, essa revogação passou a ser mais uma calamidade a pesar sobre os ombros do Paraná que, se cansa de produzir, cansa também de ver os resultados de sua produção serem encaminhados para outros centros, que não os paranaenses, enriquecendo, sobremaneira o eixo-Rio-São Paulo.

Mas, evidentemente, estamos observando, nesta semana, os dois extremos da situação: de um lado, a revogação da Resolução n.º 50, e, de outro, a imprensa estadual a proclamar, nas páginas policiais, as façanhas de uma dupla de menores reeducados, segundo os noticiários dos órgãos oficiais, na Escola Correccional Queiroz Filho, mas pós-graduados na escola do crime que é o que, na prática, tem sido feito, através daquele

famigerado reformatório infantil.

A dupla Paraíba - Paraibinha, de 14 e 13 anos, respectivamente, segundo a crônica policial, é proveniente de Maringá, Norte do Estado, onde a família afastando-se da zona rural, para dar lugar às máquinas financiadas amplamente pelo Banco do Brasil, foram morar na favela do cemitério, em Maringá.

Depois houve a separação dos pais. O pai veio para Curitiba, e a dupla Paraíba-Paraibinha acompanhou o pai, vindo morar na favela do Capanema.

Aqui morreu o pai, ex-retirante rural, e essa dupla caiu no mundo, com apenas 12 e 11 anos de idade.

Os organismos do Bem-Estar Social do Governo do Paraná, recolheram essa dupla, como tem feito com centenas e centenas de crianças, e levou-os para a Escola Correccional Queiroz Filho, que, de correccional não tem nada, que de recuperação não tem nada.

E os menores que eram carentes, neste mundo conturbado que todos vivemos, mais carente ainda se sentiu ao ser internada numa penitenciária infanto-juvenil. Mais carente se tornou ao lhes serem aplicados os métodos que, tradicionalmente, se aplicam naquele instituto.

E aqui da tribuna desta Casa, o nobre Deputado Lázaro Dumont, anteontem falou dos problemas dos menores que não chegam a atingir um ano de idade. Morrendo essas crianças, de inanição, morrendo de doenças, numa média que quase atinge meio milhão.

Mas, Sr. Presidente, esse meio milhão de crianças não atinge um ano de idade, morrendo de inanição, de doenças, entretanto, 10 milhões de menores que escapam das garras da doença, que escapam das garras da subnutrição, que escapam das garras da inanição, estão hoje, sofrendo todo o tipo de carências, afetiva, social, econômica e moral.

E não se entende, Sr. Presidente, que, nesta semana em que todo o País é conclamado para dar início ao Ano I da Criança, de outro lado a Imprensa do Paraná abre manchetes para retratar a situação que se encontra uma boa faixa da população infantil abandonada, carente, desesperada e marginal por necessidade.

São fatos que vão se ligando.

Ainda nesta semana, este Deputado que está na tribuna, denunciou, através desta Casa e sua denúncia, e seu requerimento foram aprovados por unanimidade nesta Casa que, lá em Campo Mourão a Guarda-Mirim, que deveria cuidar dos interesses dos menores carentes, desvia recursos que deveriam ser encaminhados à Caderneta de Poupança em favor destes menores e, esta Guarda-Mirim, recebe assistência técnica e financeira do Instituto de Assistência ao Menor.

De um lado, uma multidão abandonada; de outro lado, um esquema publicitário a anunciar o Ano Internacional, o Ano I da Criança; do outro lado as crianças, os menores, sendo utilizados como instrumento da mais vergonhosa e mais escabrosa corrupção que se pode praticar, exatamente aquela contra a qual, freqüentemente dizem, deverão ser o futuro da Nação.

Eu queria deixar este registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabendo que esta Casa, durante dois anos estabeleceu uma Comissão Especial do Menor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A desgraça ronda os lares dos trabalhadores de Paranaguá. O que não esperávamos, aconteceu.

O Sr. Camilo Calazans talvez justifique que a revogação da Portaria 50, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deva ter sido a pressão do Governo e autoridades do Estado de São Paulo. Mas temos plena convicção que esta Portaria, antes de ser assinada, fora cuidadosamente examinada, ela não poderia ter sido assinada e ser tornada pública, de afogadilho.

Assessores do Sr. Presidente levaram-no a assinar esta Portaria, já há umas 6 semanas atrás, após haver sido meticulosamente examinada. E o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, o Sr. Camilo Calazans, um homem inseguro, um homem incapaz de dirigir aquela autarquia, enxovalhou-se ao revogar aquela Resolução — muito justa no nosso entender e no entender dos trabalhadores do Porto de Paranaguá. Realmente a corda arrebentou do lado mais fraco.

Aconteceu o que havíamos dito aqui em certas ocasiões, nas várias vezes que aqui estivemos defendendo a manutenção daquela Portaria; e, na última vez, dissemos que não acreditávamos na revogação daquela Portaria, que o Sr. Camilo Calazans estaria resistindo até com estoicismo. E se ele assim o fez, para mostrar que é um homem digno, que é um homem capaz, que é um homem honrado, e se ele realmente tem honra, para salvar esta honra, ele só teria um caminho — é o que deveria ter feito há muito tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados: demitir-se das funções de Presidente do Instituto Brasileiro do Café, funções essas, que ele sempre se deu ao luxo de tê-las, mostrando a sua incapacidade para ser Presidente da autarquia mais importante que o Brasil possui.

A demissão do Sr. Calazans, é cobrada por este Deputado, que representa a cidade de Paranaguá, onde milhares de trabalhadores terão um final de ano, o mais desgraçado da sua vida talvez, onde os trabalhadores querem que façamos justiça, e eles querem ir muito além. Nós, até o dia de ontem, conseguimos convencê-los que essa Portaria não seria revogada e conseguimos estabelecer um clima de ordem em Paranaguá, mas sabem os Senhores, o que é fome. A fome causa desespero, a fome causa pânico, a fome causa insensatez, causa desequilíbrio. Ninguém segura o homem que tem fome, o homem que tem fome é capaz de roubar, é capaz de cometer os maiores desastros. O homem que tem fome é um homem desequilibrado. O Sr. Camilo Calazans é o responsável pelo que possa acontecer na cidade de Paranaguá nos próximos dias.

Eu não entendo tanta insensibilidade, tanta fraqueza de espírito. Um homem que é grande no tamanho e na obesidade, mas é pequeno no caráter, um homem que deveria ter sido há muito tempo afastado daquelas funções, e eu repito, a cidade de Paranaguá, cobra do Sr. Camilo Calazans a renúncia imediata. Não consertará a situação do povo de Paranaguá, mas quem sabe, dos trabalhadores, e um Presidente que possa substituí-lo, tenha mais autoridade, tenha mais moral para que uma Portaria assinada por ele, venha a ser preservada, não obstante as pressões que ele venha a sofrer, de um Estado poderoso, como mostrou ser o Estado de São Paulo.

Eu deixo esta tribuna pesaroso, deixo esta tribuna, contristado, sabendo que pouco teremos a fazer, a não ser cobrar do Governo Federal, que Paranaguá também é Brasil, que Paranaguá também merece um lugar ao sol, que pediu e não conseguiu.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Ainda no Pequeno Expediente, convidamos a usar da tribuna o Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este problema todo, criado com a comercialização do café através da Portaria número 50, nós tivemos a oportunidade e quando o fiz, eu nem poderia imaginar que realmente fosse ter o andamento que teve e as especulações que realmente tiveram.

Quando há aproximadamente uns 15 ou 20 dias atrás, nós tivemos a oportunidade de ler, inclusive nesta tribuna, um editorial da "Gazeta do Povo", que tratava deste assunto, sinceramente, nós não tínhamos idéia de que aquele editorial da "Gazeta do Povo" estava preconizando um lamentável fim da Resolução número 50 do IBC.

Agora, o que me causa espanto de tudo isso, não é tanto o

Presidente do IBC vir desfazer um ato que ele mesmo fez, e nesse aspecto, inclusive, faço questão que fique registrada a minha solidariedade ao Deputado Nelson Buffara, porque o Presidente do IBC, pressionado que foi para que revogasse a Resolução 50, se ele realmente tivesse caráter administrativo, ele deveria antes de tudo, renunciar à função dele, de Presidente do IBC do que desfazer um ato que ele mesmo fez há poucos dias atrás.

Se há poucos dias atrás para ele, era a solução, como poucos dias após não seria mais a solução? Logicamente os seus assessores lhe devem ter orientado devidamente e as conveniências para que ele mesmo assinasse essa Resolução número 50.

Agora, mais lamentável de tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e que nos deixa, de certa forma até constrangido, é o que a gente percebe hoje, que quem manda neste País, realmente, é o Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo faz, desfaz, e nós somos obrigados a aceitar tudo. Porque não é possível que nós aceitemos, de maneira tão carneiramente falando, decisões, porque o Estado de São Paulo impõe. E hoje, está mais do que provado isto aí. Lamentavelmente as vozes do Paraná em defesa do cumprimento desta Resolução n.º 50, foram pouquíssimas, lamentavelmente. Aquelas que deveriam se erguer, não se ergueram, em defesa; ao contrário do que fez o Estado de São Paulo. E que a gente viu, pelo menos umas quatro ou cinco vezes no Jornal Nacional, o Governador Paulo Egídio Martins, defendendo a queda da Resolução 50, o que não aconteceu no Estado do Paraná, defendendo-se a manutenção da Resolução 50. E, se eu disse no início do meu pronunciamento, que tinha lido desta tribuna o editorial da "Gazeta do Povo". Sem desmerecer esse tradicional jornal do Estado do Paraná e que da minha parte tenho um respeito enorme, pela sua direção, pelo jornal, pela maneira correta com que divulga os fatos no Paraná. Mas, se ao invés de o Editorial, em defesa da Resolução 50, ter saído na "Gazeta do Povo", tivesse saído no "O Estado de São Paulo", no "Jornal do Brasil", no "Globo", por certo a Resolução 50 não teria caído. Lamentavelmente a gente sente que há tomada de posições contra o próprio Estado de São Paulo. E não é só nesse aspecto de café, de comercialização de café, não. O próprio problema de divisa de fronteira com o Estado, há muito tempo está a requerer uma solução e até hoje nós ainda não temos essa solução, de problemas de fronteiras com o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo. Quando todos sabem que o Estado do Paraná tem razão em requerer que seja definitivamente sanado este problema de divisa do seu Estado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acredito, o que o Paraná representa hoje no cenário nacional, o que o seu povo representa hoje no contexto nacional; povo trabalhador, honesto e que realmente produz e participa, o Paraná merece ser tratado um pouquinho mais; com o merecimento por parte das autoridades que tenham o máximo de consideração com o nosso Estado.

E quando nós naquela oportunidade ainda temos o editorial da "Gazeta do Povo", ainda tivemos oportunidade de, desta tribuna, defender a Presidência do IBC, para um ilustre paranaense. Que acredito eu, sem dúvida nenhuma, ser uma das pessoas que mais entende de comercialização de café neste País, que é o ilustre maringense, Dr. José Cassiano dos Reis, que se ele estivesse realmente na Presidência do IBC, eu tenho certeza que o Paraná teria o merecimento que deve ter, e se José Cassiano dos Reis, for convocado para a Presidência do IBC, o Paraná terá aquilo que realmente deve ter. Porque se hoje, por circunstâncias climáticas, nós perdemos por pouco, estamos perdendo por pouco, a condição de maior produtor de café, deste País, mas não tenham dúvida nenhuma, que pior do que as geadas do Paraná, é a política que o IBC determina,

na cafeicultura nacional. Que esta própria política, é a causadora de centenas de milhares de famílias de bóias-frias hoje, que estão enchendo as favelas, inchando as cidades, em detrimento de uma população. Se o IBC tivesse, não agora com Calazans, que esta política errada já vem de há muito tempo, tivesse realmente coordenado a política cafeeira brasileira, o Brasil não estaria a portas de ter quem sabe, Deus queira que não, — mas de ter quem sabe, de futuramente ter que importar café, talvez até dos Estados Unidos, para abastecer o seu mercado interno. Então fica aqui a nossa solidariedade ao Deputado Nelson Buffara, e pedindo ao Governo do Paraná que em outras ocasiões como esta, que realmente defenda o nosso Estado e que faça prevalecer aquilo que já foi tomado e aquelas decisões que já foram alcançadas em benefício do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) — Não havendo mais oradores inscritos, consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso da tribuna. (Pausa)

Com a palavra o nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por solicitação da Liderança do meu Partido, viemos à tribuna para nós solidarizar com o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Nelson Buffara e pelas palavras do eminente Deputado Lázaro Dumont.

Realmente, a quinta província de São Paulo, assim continua. Não é de hoje que o Paraná está sendo sugado na sua riqueza; é sugado por São Paulo, é sugado pelo Rio Grande, é sugado pelo Brasil. Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o esvaziamento da economia paranaense, tivemos depoimentos notáveis como o do Sr. João Moreira, quando afirmou, que apenas quatro por cento do café, produzido no Paraná, é comercializado por firmas paranaenses. Tivemos o depoimento vibrante de um ex-Secretário da Agricultura, e um dos "experts" em café em nosso Estado, o Sr. Anibal Bianchini, que durante o seu depoimento, demonstrou quanto o Paraná tem beneficiado o País, em troca de algumas migalhas.

Deputado Lázaro Dumont, usou um termo que ficou no ar. Usou o termo "carneiramente", não sabemos se o carneiramente se relaciona com o Secretário da Agricultura Paulo Carneiro, ou se relaciona com o carneirismo dos homens públicos do meu Estado. Carneirismo que foi e que é, e que tem sido, o gesto do sim, do amém. Carneirismo que vem de longa data. E desta tribuna, Deputados do MDB, Deputados da ARENA, por exemplo até há pouco tempo, brigavam quando tínhamos um Ministro da Educação, para que as nossas Universidades fossem federalizadas. Elas não o foram. Porque antes de usar aquele cargo para beneficiar o povo paranaense, havia necessidade de usar aquele cargo para agradar os poderosos. Havia a necessidade de agradar o Presidente da República, para passar por bonzinho, não reivindicando, para o seu Estado. E é por isso que as nossas Universidades Estaduais, estão a sangrar o orçamento desse Estado, porque não foram federalizadas, quando um paranaense assumiu o Ministério da Educação e Cultura. Perguntou o Deputado Lázaro Dumont, onde estão os paranaenses? Enquanto o Sr. Paulo Salim Malluff, Governador eleito de São Paulo, está visitando as repartições públicas — e agora mesmo na mesa dos Srs. Deputados deve estar um boletim da eletrificação rural, onde aparece uma fotografia do Sr. Paulo Malluff, visitando inclusive a Central de Cooperativas de Eletrificação Rural daquele Estado, onde está o nosso Governador eleito?

Talvez, tratando da grande dívida que o elitismo, a aristocracia das cooperativas fizeram na Cotriguaçu, agora denunciada de dever cinco milhões de dólares para uma multinacional.

Deputado Lázaro Dumont, o nosso Governador eleito não

está no Paraná. Está em Nova York.

Onde está o Líder do Governo, nesta Casa, neste momento em que projetos importantes estão sendo discutidos?

Foi fazer um relax de pós-eleição. Para saber, Deputado Lázaro Dumont, talvez, para responder àquela pergunta que a publicidade oficial está fazendo pela televisão quando o Sr. Horácio Coimbra, outro expert em café no País, diz que se cada chinês tomasse uma xícara de café por dia, nós teríamos toda a nossa produção consumida pelos chineses, talvez devido a isso, o nosso Governador foi a Tóquio, perto da China, para tentar vender café na China.

Enquanto o Governador de São Paulo vai à televisão defender os interesses do Porto de Paranaguá, realmente, Deputado Lázaro Dumont, os nossos homens maiores estão dando voltas ao mundo. Por isso e, antes de ceder o aparte ao nobre Deputado Renato Bernardi, é que nós, mais uma vez, temos de voltar à tribuna para lamentar continuarmos sendo V Comarca de São Paulo.

Com a palavra, para um aparte.

**O Sr. Renato Bernardi** — Deputado Deni Schwartz, fala-se muito na questão do Paraná continuar ainda, sendo a V Comarca da Província de São Paulo. Efetivamente, o poder decisório, dada ao concentracionismo econômico, está mesmo em São Paulo, está mesmo no Rio. Mas, ocorre também um fato Deputado Deni Schwartz, lamentável para o Paraná — criou-se uma oligarquia neste Estado, que atravessou a Revolução Republicana de 1889, atravessou a Revolução de 1930 e, atravessou também o Golpe Militar de 31 de março de 1964, e continua encastelada no Poder; mas, que diz servir ao Paraná, mas essa oligarquia sempre tem se servido do Paraná para sua satisfação pessoal. Assim, a passagem do atual Governador nomeado para o Paraná, pelo Ministério da Educação, significou apenas mais um episódio deste desejo, desta oligarquia de se perpetuar no Poder, servindo-se sempre do Paraná, dizendo servir ao Paraná.

Veja Vossa Excelência, que em 1965, quando Senador Biônico do Paraná, Afonso Camargo, renunciou ao Governo do Estado porque não merecia a confiança do Movimento Militar para assumir o Governo do Estado, para permitir que o Sr. Ney Braga abandonasse o Palácio Iguaçu em troca do Ministério da Agricultura do Governo Castelo Branco, o então Ministro Ney Braga, leva para a Presidência do IBC, um vendedor de tratores, mas da sua equipe oligárquica do Estado; e foi este vendedor de tratores que não conhecia café a não ser na xícara, o responsável pela erradicação dos cafezais no Paraná. Foi ele, Ney Braga, e seu preposto no IBC, os responsáveis pela erradicação dos cafezais do Paraná, pagando sessenta centavos, cinquenta centavos e quarenta centavos por cova de café erradicado, desde que fosse para plantar lavoura branca, para plantar pastagem, ou para indefinição de cultura. Os lavradores daquela época, afogados por uma crise econômica sem precedentes, no Estado do Paraná, crise posterior à derrubada do governo constitucional brasileiro de 64, muitos deles foram obrigados a erradicar seus cafezais para conseguir o dinheiro que o crédito bancário lhes impossibilitava. E foi aí, Sr. Deputado Deni Schwartz, que o Paraná passou a perder consistência no cenário econômico do Paraná; foi aí que começaram a se formar nas cidades os grandes cinturões de favelas e de bóias-frias, isto por responsabilidade única e exclusiva de três homens do Paraná: um, o Sr. Ney Braga que abandonou o Palácio Iguaçu para ocupar o Ministério da Agricultura; a segunda, do atual Senador biônico do Paraná, que renunciou a possibilidade de assumir o Governo do Estado, segundo noticiava a imprensa da época, por não merecer confiança da área militar. E o terceiro, o vendedor de tratores que o Sr. Ney Braga impôs na Presidência do IBC. Tão triste foi a memória deste homem, que passou pelo IBC, que nunca mais o Governo Militar Brasileiro, de lá para cá, teve a coragem de colocar um paranaense na Presidência do IBC.

Enquanto no Paraná estiver mandando esta oligarquia que

se serve do Paraná, o nosso destino será negro.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência primeiramente falou em coronelismo. Coronelismo que, diga-se de passagem, está nos seus estertores, a tal ponto que, fazendo uma análise dos futuros picaretas da República, os incitatus da República, nós vimos por uma estranha coincidência, que o Senado Federal para conseguir que nos estertores o coronelismo se mantivesse, foram buscar os filhos dos Coronéis. Filho do Coronel Juracy Magalhães, na Bahia; Filho do Coronel Afonso Camargo, no Paraná e, por uma estranha coincidência o picareta de Santa Catarina tem o sobrenome Vargas; o picareta do Rio Grande do Sul tem o nome Dutra e todos eles do velho coronelismo brasileiro.

E se olharmos para o Nordeste, Deus nos perdoe, os Dinartes Marins da vida infestarão como verdadeiros incitatus o nosso Senado.

Por isso eu acredito que a nova geração está a banir o coronelismo do País, as oligarquias do País, e aqui no Paraná infelizmente ela nos seus estertores ainda dá os seus gritos de morte.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Com todo o prazer, após responder e considerar o aparte do nobre Deputado Renato Bernardi. Realmente foi um paranaense que erradicou o café. Realmente foi um paranaense que, joguete das multinacionais, porque a erradicação do café foi um jogo das multinacionais que pretendiam que o café no Paraná fosse plantado de maneira a ser colhido com máquinas, e o jogo foi de uma multinacional, tanto que a erradicação do café foi feita por bancos estrangeiros com interesse de trazer uma nova tecnologia para o Paraná, esquecidos que somos um País e um Estado subdesenvolvido e daí a razão dos bóias-frias. Se erradicou o café para plantar novamente o café em espaço que permitisse a introdução de máquinas importadas para a sua colheita, esquecidos que aqui, neste País, uma vez que temos uma mão de obra desqualificada que vivia e que vive em função deste trabalho desqualificado.

Portanto, realmente foi um outro paranaense que, para agradar os poderosos e principalmente para agradar as multinacionais maltratou a cafeicultura paranaense.

Eu concedo o aparte ao nobre Vice-Líder da Arena.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Eu agradeço a atenção, nobre Deputado, mas pedi este aparte para procurar corrigir o aparte oferecido pelo eminente Deputado Renato Bernardi, em que debita ao nosso futuro Governador Ney Braga, a indicação do Sr. Leônidas Bório para a Presidência do IBC.

Vossa Excelência sabe que o IBC — esta indicação infelizmente precisa desvincular, o Ministério da Agricultura que pouca força tem tido, que pouca decisão tem tido até na agricultura, e só nós vamos conseguir corrigir a agricultura em nosso País, o dia que der mais força, mais poderes ao Ministério da Agricultura.

Porque o grande responsável pelas indicações do Presidente do IBC até aqui, tem sido o Ministro da Indústria e Comércio. E haja visto que nós temos hoje lá na Presidência do IBC, um homem que entende de cacau e não de agricultura e já deu provas disto aí.

Por isso é que nós vemos estas resoluções serem baixadas e, em seguida, revogadas. Infelizmente, a nossa agricultura tem pago bem caro e já vem pagando há muito tempo, desde a queima do café, a erradicação, e agora, nós estamos vendo e é preciso que estejamos unidos.

Não faltou o pedido de nosso Governador do Estado para que fosse mantida esta Resolução 50. Hoje, ele está ausente, mas o nosso Governador em exercício também se manifestou favorável. Mas, dada a vinculação do Presidente do IBC ao grupo de São Paulo, foi conseguida a revogação desta Resolução. Mas, queria fazer esta retificação, porque não pode ser

debitado ao Governador Ney Braga, eleito, esta indicação de Leônidas Bório que assumiu a Presidência do IBC, naquela época de erradicação.

Houve falhas, concordamos, não tem dúvida, acho que a nossa cafeicultura tem sido bastante prejudicada. Agora, há pouco, falou o nobre Deputado Lázaro Dumont, e que disse do grande prejuízo que o Paraná tem tido com esta erradicação. Hoje, com a diversificação, onde saiu o café e entraram as máquinas, todo este pessoal veio para os grandes centros, a mão de obra qualificada vindo aumentar as favelas nos grandes centros. É esta grande dificuldade que estamos passando, só com a volta da nossa cafeicultura é que nós poderemos ter melhores dias em nosso Estado porque, com ela, nós poderemos ter dias melhores em nós. Tudo porque, com ela, nós poderemos ter mais mercado de trabalho para que este pessoal possa retornar e trabalhar em sua lavoura, onde realmente entende, deixando este sofrimento que estamos vendo nos grandes centros nas favelas.

Era este o aparte que queria oferecer a Vossa Excelência. O SR. DENI SCHWARTZ — Eu que não sou homem da Região do Café, concordo plenamente com as palavras do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, uma vez que, realmente, é o café que possibilita o emprego de um grande número de mão de obra.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Esta Presidência comunica ao nobre orador, que tem um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Muito obrigado.

Realmente Vossa Excelência também tem razão quando diz que o Ministério da Agricultura, neste País, não tem poder decisório. Não só nas questões relacionadas com o café, mas em tudo. E nós esperamos que neste novo período que se iniciará para o Estado, para a Nação, e para esta Assembléia, nós possamos discutir os problemas paranaenses em igualdade de condições com os demais Estados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46/78, Mensagem n.º 03/78, ex-Proposição n.º 80/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Curitiba, com interveniência de órgãos e finalidades que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 58/78, Mensagem n.º 40/78, ex-Proposição n.º 126/78, aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 66/78, Mensagem n.º 16/78, ex-Proposição n.º 101/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MIRASELVA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 78/78, Mensagem n.º 47/78, ex-Proposição n.º 151/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Trânsito e o Município de MANDAGUARI, objetivando condicionar diretrizes de Trânsito aos estudos e planejamento urbano daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 81/78, Mensagem n.º 54/78, ex-Proposição n.º 158/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e a Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, objetivando a realização do Projeto Interiorização da Cultura, no exercício de 1977. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 92/78, Mensagem n.º 55/78, ex-Proposição n.º 159/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura com o Instituto Nacional do Livro - MEC, objetivando a implantação do sistema Estadual de Bibliotecas Públicas no Estado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 93/78, Mensagem n.º 60/78, ex-Proposição n.º 164/78, aprova convênio celebrado entre o Ministério da Educação e da Cultura e, respectivamente, a Escola Social Madre Clélia e o Colégio Nossa Senhora do Sion, com interveniência do Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura, objetivando concessão de bolsas de estudos a alunos carentes. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 96/78, Mensagem n.º 28/78, ex-Proposição n.º 168/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando estabelecer um sistema de cooperação técnica em área de desenvolvimento urbano e microrregional, a fim de possibilitar compatibilização da Política do Desenvolvimento Urbano, a níveis Estadual, Regional e Nacional. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 99/78, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 173/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de COLOMBO, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 101/78, Mensagem n.º 63/78, ex-Proposição n.º 177/78 - aprova convênio de Auxílio e Cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com participação, interveniência e objetivos que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 104/78, Mensagem n.º 68/78, ex-Proposição n.º 183/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 113/78, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 174/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de PIÊN, objetivando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 117/78, Mensagem n.º 72/78, ex-Proposição n.º 196/78, aprova convê-

nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com participação e inter-  
veniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de  
recursos financeiros do Parque Regional do Iguaçu. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 129/78,  
Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 218/78, aprova convê-  
nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de  
AGUDOS DO SUL, visando a execução de Cursos Supletivos -  
FASE II - do Projeto "MINERVA". - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 130/78,  
Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 220/78, aprova convê-  
nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de SANTO  
ANTÔNIO DO SUDOESTE, visando a execução de Cursos  
Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA". - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 135/78,  
Mensagem n.º 77/78, ex-Proposição n.º 200/78, aprova convê-  
nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Serviço de Radiodifusão  
Educativa do Ministério da Educação e da Cultura, sob a  
coordenação deste plano, visando a realização do Curso Suple-  
tivo de 1.º grau, FASE II - através do "PROJETO MINERVA"  
**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 136/78,  
Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 207/78, aprova convê-  
nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de UMUA-  
RAMA, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II -  
do Projeto "MINERVA". - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 137/78,  
Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 214/78, aprova convê-  
nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de SÃO  
JOÃO, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II do  
Projeto "MINERVA". - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 138/78,  
Mensagem n.º 80/78, ex-Proposição n.º 221/78, aprova convê-  
nios números 14 e 15, celebrados entre o Governo do Estado  
do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o  
CENESP, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivan-  
do assistência técnica e financeira ao Estado, nos valores e fins  
que especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 139/78,  
Mensagem n.º 81/78, ex-Proposição n.º 222/78, aprova os con-  
vênios números 051/77 e 207/78, celebrado entre o Governo  
do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e da Cultura,  
objetivando a aplicação de recursos do "SALÁRIO EDUCA-  
ÇÃO", instituído pelo Decreto número 1.422, de 23/10/75. -  
**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 104/78,  
Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 203/78, aprova convê-  
nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de NOVA  
OLÍMPIA, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II  
do Projeto "MINERVA". - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 142/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 227/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de  
AMAPORÁ, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II -  
Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. -  
**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 143/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 228/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado, através da Se-  
cretaria da Educação e da Cultura e o Município de AMPÈRE,  
objetivando a implantação do Projeto LOGOS II - Habilitação  
de Professores não titulados, conforme especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 144/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 234/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado, através da  
Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de BOM  
SUCESSO, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II -  
Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica -  
**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 145/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 235/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,  
através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de  
BORRAZÓPOLIS, objetivando a implantação do Projeto LO-  
GOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme es-  
pecifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 146/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 236/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,  
através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município  
de CAMBIRA, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II  
Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. -  
**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 147/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 237/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,  
através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município  
de CAMPO LARGO, objetivando a implementação do Projeto  
LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme  
especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 148/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 238/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, atra-  
vés da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de  
CAMPO MOURÃO, objetivando a implementação do Projeto  
LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, confor-  
me especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 149/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 225/78, aprova acordo  
plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, atra-  
vés da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de  
ALTO PARANÁ, objetivando a implementação do Projeto  
LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme  
especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 150/78,  
Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 239/78, aprova acordo  
Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, atra-  
vés da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de  
CAMPO TENENTE, objetivando a implementação do Projeto  
LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme  
especifica. - **Aprovado.**



REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 287/78, que aprova conclusões do relatório final da referida Comissão que apurou fatos relacionados com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/78, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n.º 147/78, que visa dar nova redação ao artigo 65, da Lei n.º 5.849, de 25.12.68. (VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

#### PROJETO DE LEI N.º 197/78

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 65, ao qual são acrescidos parágrafos, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 65. — Os vencimentos mensais do Procurador Geral da Justiça serão fixados em lei especial, juntamente com os da Magistratura.

§ 1.º — Os Procuradores da Justiça perceberão, mensalmente, vencimentos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos recebidos pelo Procurador Geral da Justiça.

§ 2.º — A diferença de vencimentos dos membros do Ministério Público de primeira instância, de uma para outra entrância, é de dez por cento (10%).

§ 3.º — Os Promotores de Justiça e Curadores da comarca da Capital perceberão oito nonos (8/9) dos vencimentos atribuídos ao Procurador Geral da Justiça.

§ 4.º — Para efeito de fixação de vencimentos, os Promotores Substitutos serão considerados de categoria imediatamente inferior à dos Promotores de Justiça de entrância inicial".

Art. 2.º — Nas causas em que a representação da Fazenda Pública Estadual couber a membro do Ministério Público, os honorários advocatícios a que for condenada a parte adversa serão recolhidos aos cofres públicos, como renda eventual.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1978.

(a) Poder Executivo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 197/78.

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de Lei n.º 197/78, tem por objetivo dar nova redação ao Art. 65, da Lei n.º 5.849, de 25/12/68, prevendo vinculação de vencimentos dos membros do Ministério Público Estadual.

Analisando-se o aspecto constitucional e legal da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, constitucionalmente, a competência para a proposta legislativa da proposição está prevista no Art. 47 e incisos da Constituição Estadual.

Quanto ao aspecto legal e formal do projeto de lei, é de ressaltar que a competente exposição de motivos que o acompanha, nos convence da sua legalidade e oportunidade, deixando-se para um melhor exame sobre o mérito da matéria, para a douta Comissão de Recursos Humanos.

Com isso o nosso parecer é FAVORÁVEL, já que não existe óbice algum que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(a) Paulo Camargo  
Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 197/78.

PARECER

Visa o presente Projeto de Lei n.º 197/78, originário de Mensagem Governamental, estabelecer nova redação ao Art. 65, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1.968, prevendo vinculação interna de vencimentos aos membros do Ministério Público do Estado.

Sobre o aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que o próprio texto da Lei prevê as despesas com a sua execução, não havendo assim, qualquer impedimento orçamentário que possa obstar a sua normal tramitação.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 197/78

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 197/78 visa estabelecer, através de redação a ser alterada do Art. 65, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1.968, a vinculação interna dos vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado, na maneira que especifica.

Analisando-se o mérito da propositura a que é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, deparamos ser das mais justas a disposição legal ora apresentada, pois que com a sua aplicação estará assemelhando a legislação do Paraná, à existente em outros Estados da Federação.

O benefício que dela resultará, sem dúvida alguma, refletirá na conjuntura jurídica, social e administrativa, como bem salienta a Mensagem Governamental que o acompanha.

As medidas propostas, em última instância, se caracterizam pela atenção do Poder Público aos dignos integrantes do Ministério Público, que estão à frente da salvaguarda dos interesses sociais da justiça pública do Estado.

É deveras necessário que o reconhecimento dos Poderes constituídos do Estado, assim procedam, pois o estabelecimento de critério de remuneração, condigna e compatível com as importantes tarefas, só acarretam benefícios, que se voltam em prol de melhorias da própria administração pública.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO, pois a proposição é das mais meritórias e atende aos interesses do Estado, no importante setor dos recursos humanos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1.978.

(a) Nelson Buffara, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Quielso Crisóstomo**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Catarina Villar Rodrigues, ocorrido na cidade de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à professora Namy Rezenda Sttip, por ocasião de sua aposentadoria, como professora da Escola Luiz Setti, da cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.**

Esta Presidência reitera um convite aos Srs. Deputados para a inauguração do quadro do Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo, na galeria dos ex-Presidentes do Poder Legislativo, às 10,30 horas do dia 18 de

dezembro de 1.978.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 18, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 124, 125, 126, 127, 128, 232, 233, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 283, 284 e 286/78.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/78.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 91, 99,

100, 109, 114, 115, 116, 132, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 240, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 269, 270, 278, 279, 280, 281 e 282/78.

Lembro aos Srs. Deputados que a próxima sessão será às 10,00 horas, tendo em vista a diplomação que será na tarde de segunda-feira, dia 18, dos novos Srs. Deputados.

Levanta-se a sessão.